

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s): Michele Schultz, Marcos de Carvalho, Marcio Moretto, Marcelo Ribeiro, Elvio Martins, Everaldo Andrade, Celso Oliveira, Luciano Pereira, Nilo Sérgio Sabbion Rodrigues, Wanderley Martins, Emilia Wanda Rutkowski, Luiz Bezerra Neto, Márcio Perón, Maria Cristina dos Santos, Joelson Carvalho, Wilson Alves Bezerra, Daniel Vendruscolo, Robson Pereira da Silva, Paula Serrão, Fernanda Castelano Rodrigues, Monica Jones Costa, Viviane Garcia de Stefani, Helton Saragor, Alberto Handfas, Maria Caramez Carlotto, Jana Silverman

Seção Sindical: Adusp, Adunicamp, Adufscar, Adunifesp, Adufabc

Destinatárias(os): Governo do Estado de São Paulo, Assembleia Legislativa de São Paulo, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo

E-mail: gabinetedogovernador@sp.gov.br, andredoprado@al.sp.gov.br, imprensa@seti.sp.gov.br, lucas.rodrigues@seti.sp.gov.br

Fato motivador da Moção: Extinção de 67.722 cargos, funções-atividades e empregos públicos da administração direta do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 70.410, de 27 de fevereiro de 2026.

MOÇÃO DE REPÚDIO

As(Os) delegadas(os) presentes no 44º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Salvador (BA) no período de 2 a 6 de março de 2026, manifestam veemente repúdio ao Decreto nº 70.410, de 27 de fevereiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 02 de março de 2026. O Decreto extingue automaticamente 33.477 cargos, funções-atividades e empregos públicos ocupados e vagos de vários órgãos do estado, entre eles, 2.666 professoras(es) de ensino médio e técnico e 148 professoras(es) de ensino superior. Outros 34.295 serão extintos à medida que as(os) servidoras(es) se aposentarem. O governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Felício Ramuth (PSD) tem desferido contínuos ataques ao conjunto do funcionalismo público paulista, retirando direitos de servidoras e servidores, implementando elementos de reforma administrativa. Tais ataques esvaziam o caráter público de gestão, enfraquecendo o Estado, favorecendo privatizações e retirando direitos do povo paulista. A educação pública tem sido especialmente atacada desde o início da gestão, com Renato Feder à frente da Secretaria de Educação. A extinção de cargos de professoras e professores afetará as Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia, instituições públicas ligadas ao governo de São Paulo e geridas pelo Centro Paula Souza.

Pela revogação imediata do Decreto nº 70.410!

Em defesa dos serviços e das servidoras e servidores públicos!

Por uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada!